



E. SALA, vel de

aspium. Tolea

MESAN: DARAN.

GILAN

SM IN

ARAC

PARTHIA

PERSIA

IE XD

ORAYS

Curia

MARE ARABICVM

ET

INDICVM

TROPICVS CANCRI

GOLFO DE BENGALA

SINVS GANGETICVS

INDOSTAN

ORIXA

DELHI

INDIA

SANGA

INTRA

GANGEM

INDIA

IND EX

TRAGA

BENGA

INDIA

INDIA

INDIA

INDIA

INDIA

Delimitatur in hoc tabula, One marime Abecie, fere Mexam al  
Arabie, Orni, Persia, supra Sndam usq, Flumini Jndi, Cambie  
baris, fuyula, Ceylon, Choromanelic, & Oriza, fluyi Ganga, & R  
sius itea Simam, Juyisuram, Scopisuram, Pulvinoram, Wabram, profu  
ori aspacatam, cum genas singularora locorum Nominibus, prout al  
navium Gubernatoribus Lyfiamis, intelligitur magno s' fudio ex  
Judicis recognita, omnia atq, emendati.

Afbeeldinge der eyften van Aboex, der enge van Mecha, an  
de Rooße Zee, ftem de eyften van Arubien, Ormus, Perjen, ca  
Riviere Jndus, Cambien Jndien, ende Malabar, des eylands Ceylon  
ende Oriza, de Riviere Ganges, ende t' Conneckrijcke van Bengala  
ghelocantende der Jawatzen, Eylanden, Clippen, Bancken, Onleepen en  
voosly eyften liggende, met de rechte Namen van yeghelike plaac  
Zelue byle ervarenste Portugesehe Piloten ghenomeyt worden, t  
ter vijft uijt de bes te Indische Pas ende Leef-carren, ontfien

Milias Germanica, quorum 12 sunt  
1 20 30 40 50 60 70 80  
Hispanice leuco 12.5 un gradus



Malditrac Infula

De Ouro

De Ouro

De Ouro

# S. Tomé de Meliapor nas Fontes Quinhentistas e Seiscentistas

Anabela Nunes Monteiro\*

O tema em questão foi alvo de atenção por parte de fontes portuguesas, como igualmente por outras estrangeiras, desde épocas bem mais recuadas àquelas a que nos propusemos à partida. A obra do viajante lisboeta Duarte Barbosa, redigida cerca de 1516 e intitulada *O Livro de Duarte Barbosa*, é o primeiro testemunho português sobre a cidade de S. Tomé de Meliapor, na Índia. Diz o seu autor: “está na ribeira do mar uma cidade mui antiga, e assim despovoada, a que chamam Mailapur, que em outro tempo foi mui grande e formosa...”<sup>1</sup>

Já o holandês Jan Huygen Linschoten,<sup>2</sup> que foi mercador, explorador e guarda-livros do arcebispo de Goa, Fr. Vicente da Fonseca, em 1583, diz-nos nos seus escritos, publicados em 1596, que a costa do Coromandel começava na ponta de Negapatão e se estendia até a Masulipatão, encontrando-se, sensivelmente, a meio a cidade de S. Tomé.

A fonte seiscentista, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*,<sup>3</sup> publicada em 1635 e redigida por António Bocarro, é muito mais explícita e descritiva sobre a cidade, os seus habitantes e a sua particularidade cristã do que as duas anteriores. A obra foi realizada por ordem do rei Filipe III de Portugal (n. 1605-f. 1665), que desejava ver realizado um levantamento de todas as fortalezas, cidades e povoações lusas no Estado da Índia Oriental. Como o próprio cronista salienta, para levar

a bom termo tal incumbência, devia ter-se deslocado a cada um dos portos e fortalezas citados, num total de quarenta e sete. Contudo, não o fez, socorrendo-se de descrições de outros, para a execução da sua tarefa. Assim, localiza Meliapor de forma muito clara:

“está na dita costa de Choromandel, sincoenta legoas da dita povoação de Negapatão pêra o norte, em altura de treze grãos e doze meñutos, da banda delle, ao longo do mar, na costa braba, toda cercada de muro pela banda do mar...”<sup>4</sup>

A localização da cidade pode ser observada num mapa incluído por Jan Huygen Linschoten no seu *Itinerário, Viagem ou Navegação...* (Fig. 1). Aparece a norte de Negapatão, importante cidade portuária da costa oriental do Indostão, no actual estado indiano de Tamil Nadu, cujo débil estabelecimento luso caiu nas mãos dos holandeses em 1669.<sup>5</sup> A norte de Meliapor encontrava-se Paleacate,<sup>6</sup> uma cidade portuária de grande dimensão, onde os mercadores portugueses também tiveram um estabelecimento.

Meliapor pertencia ao reino de Narsinga,<sup>7</sup> tendo uma história assaz interessante: era conhecida por se crer que o apóstolo S. Tomé, no século i, nas suas deambulações pelo Oriente, ali se teria refugiado, em consequência das perseguições que lhe foram movidas na cidade indiana de Coulão (estado actual de Kerala).<sup>8</sup>

Tal bastou que Meliapor ou Mailapur (nas fontes quinhentistas) se tornasse num centro de peregrinação cristã, após o falecimento do dito apóstolo. Duarte

\* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Macau. Prepara actualmente o seu doutoramento em História.

Graduate in History from the University of Coimbra, M.A. in Portuguese Studies from the University of Macao, currently preparing her Ph.D. in History.

Fig. 1. Pormenor de um mapa incluído em *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, de Jan Huygen van Linschoten.

## HISTORIOGRAFIA

Barbosa, à semelhança do que faz para a maioria dos outros locais por si abordados, não se alonga em grandes explicações ou mesmo descrições. Contudo, dá-nos a conhecer uma versão da lenda que popularizou a santificação de Tomé, história protagonizada por um caçador que andaria pelos montes da localidade à procura de satisfazer o seu propósito de apanhar algum animal. Vendo um grupo de pavões, ave muito comum na região, atingiu um deles com uma flecha. A ave ainda teria tentado levantar voo, caindo de seguida para logo se metamorfosear num homem que, mais tarde, a população reconheceu como sendo o apóstolo.<sup>9</sup>

Esta lenda possui várias versões, veiculadas nas fontes quinhentistas e seiscentistas, que, regra geral, têm como ponto comum o falecimento de S. Tomé, em situação de maior ou menor tragédia em Meliapor e a rápida emergência de uma crença nos seus milagres e divina protecção. Tal comprova-se ao analisarmos a versão de Linschoten que é, significativamente, diferente. O holandês informa que o apóstolo pediu ao rei de Narsinga que o deixasse construir uma capela para o culto cristão. Mercê de invejas e oposição dos brâmanes, o solicitado foi negado pelo soberano. Ora nessa época, um pedaço de madeira de grandes dimensões obstruiu a embocadura do rio, impedindo a atracagem e circulação de navios. Perante o inconveniente, o soberano tratou de ordenar a sua remoção, para a qual contou com o auxílio de dezenas de elefantes. A tarefa, demasiado árdua, revelou-se infrutífera, face ao tamanho e peso do estorvo. Solicitando permissão ao rei para executar a tarefa, S. Tomé atou o seu cinto à dita madeira e removeu-a sem dificuldade, garantindo assim a construção da tão almejada capela cristã. Contudo, apesar de ter alcançado o seu desiderato, o apóstolo acabou por ser esfaqueado e morto pelos brâmanes.

Ainda segundo Linschoten, a lenda não acaba aqui, pois refere que os descendentes dos assassinos do apóstolo ficaram para sempre marcados, nascendo com um defeito físico traduzido por terem uma das pernas, do joelho para baixo, mais grossa do que a outra. O interessante desta descrição é que o holandês diz que contactou com alguns autóctones com esta deficiência física, não havendo uma explicação em termos de saúde, já que os mesmos, aparentemente, eram saudáveis.<sup>10</sup> A Figura 2 mostra tal anomalia, observável no casal que se encontra à direita.

Com milagres ou sem eles, as diferentes versões da lenda remetem-nos para a construção de uma pequena

capela de madeira, túmulo do santo. Continuando a seguir a mesma fonte histórica, o edifício religioso teria as portas também em madeira, com incrustações de cor ou prata (pormenores que o autor não especifica), o que provocava o desejo incontido, junto dos crédulos visitantes, de arrancar pequenos pedaços a fim de serem usados ao pescoço, como amuletos.<sup>11</sup>

Esta informação é interessante se a cruzarmos com uma outra, a de Gaspar Correia, contida nas suas *Lendas da Índia*, que refere 1524 como tendo sido o ano em que se discutiu a reconstrução do edifício, dando-lhe uma outra dignidade. A capela encontrava-se muito degradada e os portugueses estabelecidos em Meliapor pretendiam reabilitá-la através de uma edificação em alvenaria, com uma torre alta e duas capelas de ambos os lados. Tomando como verídico este assunto, então terá persistido naquele local uma capela de madeira, sucessivamente reconstruída, através dos séculos. A pretendida reedificação teria sido tratada entre um tal Manuel de Frias e um padre, de nome António Gil. Tanto este como outros dois, um Pero Fernandes e um outro que Gaspar Correia não identifica, terão trabalhado na construção, auxiliados por três portugueses, Diogo Fernandes, Brás Fernandes e Diogo Lourenço. Durante a construção da nova igreja, os referidos fiéis e empenhados trabalhadores terão encontrado ossadas, que identificaram como sendo do apóstolo.<sup>12</sup> Sobre esta descoberta diz-nos Diogo de Couto, na sua obra de 1616, que as ossadas encontradas diziam respeito a três pessoas e que, uma delas, seria de um rei de Calecute, cristão, que, mercê de perseguições, ter-se-ia refugiado em Meliapor onde viria a falecer.<sup>13</sup> Nas fontes consultadas não foi possível estabelecer quantos restos mortais teriam sido descobertos, concluindo-se, no entanto, que foram vistos fragmentos de esqueletos, no chão da capela que se pretendia restaurar.

Os achados ósseos podem ter reforçado o culto cristão à volta de Tomé, o apóstolo. No entanto, este culto já tinha uma existência de alguns séculos. A partir dele e de Meliapor apareceram grupos de alguma dimensão, que se espalharam essencialmente pela costa do Malabar. Estes, designados por “cristãos de S. Tomé”, já eram conhecidos na Europa muito antes da época de Quinhentos. Como exemplo desse conhecimento, salienta-se o caso do soberano de Inglaterra, Alfredo, que, no distante ano de 883, mandou uma embaixada à Índia para agradecer a S. Tomé a libertação de Londres, cercada pelos dinamarqueses. Recuando ainda mais

## HISTORIOGRAPHY



Fig. 2. “Homem do Pegu, onde são encontrados muitos diamantes e rubis, e onde se produz a laca; habitante das ilhas Molucas, onde o cravo nasce em abundância, a sua roupa é feita de palha; descendentes de panicales de S. Tomé, malditos de todo, segundo dizem os indianos.” In Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*.

no tempo, as ditas comunidades cristãs já aparecem referenciadas na obra *Topografia Cristã* de Cosme Indicopleustes, do século ii, mas apenas publicada no século vi.<sup>14</sup>

A noção clara que outras cristandades existiam para lá da barreira erguida pelo Islão a Sul e a Oriente da Europa, aparece sobretudo aquando das Cruzadas. Essa percepção revelou-se como algo mítico para os europeus a partir da segunda Cruzada (1145), sendo disso exemplo o reino lendário de Preste João. Nos séculos que se seguiram e de uma forma irregular, vários viajantes, mercadores e aventureiros deslocaram-se às terras do Oriente, deixando os seus testemunhos em escritos, dos quais se salienta o de Marco Polo. Este viajante italiano, cuja interessante obra é dos finais

do século xiii, dizia que Meliapor era uma pequena povoação, frequentada por poucos mercadores, porque era de difícil acesso. No entanto, atraía muitos devotos cristãos por causa das relíquias do santo apóstolo, graças às quais se realizavam um bom número de milagres, tais como a cura de enfermos e aleijados.<sup>15</sup>

As notícias da existência das ditas cristandades, efabuladas ou não, serviram para que o rei português D. Manuel I acreditasse na palavra de Vasco da Gama – comandante da armada que se deslocou até à Índia pela primeira vez, em 1497 – quando este disse que o Cristianismo era uma religião de forte implantação nas terras aportadas. A procura das especiarias, ou seja, do comércio de variedade múltipla que tanto a Europa queria e precisava, poderia vir a contar com o apoio

## HISTORIOGRAFIA

desses cristãos, diferentes em tudo, mas cristãos. A segunda viagem até à Índia, liderada por Pedro Álvares Cabral, arrefeceu os entusiasmos: as comunidades ditas “cristãs de S. Tomé”, a existirem, eram poucas, predominando outras de diversas opções religiosas, incluindo o Islamismo. Contudo, na volta dessa deslocação marítima, dois padres autóctones, José e um seu irmão Matias, embarcaram com destino a Portugal, a fim de seguirem para Roma. Com eles trouxeram a informação detalhada de Meliapor e do culto ao apóstolo S. Tomé. Indo mais longe, os ditos clérigos apresentaram o rei, com um punhado de terra do dito sepulcro.

Tal alvoroçou o monarca que redigiu uma carta aos reis católicos de Espanha, Fernando (1452-1516) e Isabel (1451-1504),<sup>16</sup> salientando a devoção dessas comunidades por S. Tomé e a sua potencial importância para a causa cristã ibérica. A carta entusiasmada interpreta-se como havendo uma grande esperança na evangelização daquelas terras longínquas, bem como no apoio absolutamente necessário para os portugueses por parte dos cristãos residentes. Ou seja, seria a possibilidade de êxito na construção de uma *Res Publica Christiana*, que funcionasse como um todo, para facilitar desideratos mais terrenos, como o trato.

E a propósito de trabalhos árduos e epopeias lusas, registados em fontes coevas, mas igualmente cantados na literatura da época, cita-se a magistral obra de Luís de Camões, *Os Lusíadas*, que, no seu Canto X, estrofes 108 e 109, se refere a S. Tomé e a Meliapor desta forma:

As províncias que entre um e o outro rio  
Vês, com várias nações, são infinitas:  
Um reino Maometa, outro Gentio,  
A quem tem o Demónio leis escritas.  
Olha que de Narsinga o senhorio  
Tem as relíquias santas e benditas  
Do corpo de Tomé, barão sagrado,  
Que a Jesu Cristo teve a mão no lado.

Aqui a cidade foi, que se chamava  
Meliapor, fermosa, grande e rica;  
Os ídolos antigos adorava,  
Como inda agora faz a gente inica.<sup>17</sup>  
Longe do mar naquele tempo estava,  
Quando a Fé, que no mundo se publica,  
Tomé vinha pregando, e já passara  
Províncias mil do mundo, que insinara.

Camões continua por mais dez estrofes, contando a sua versão da lenda já abordada. As duas estâncias transcritas chamam a atenção para alguns aspectos historicamente relevantes. O poeta situa a cidade no reino de Narsinga, afirma que na cidade de Meliapor se encontram as relíquias do santo e que a cidade, além de “fermosa, era grande e rica”.

De acordo com Tomé Pires, o boticário português que escreveu a *Soma horientall que trata do mar Roxo ate os Chims* cerca de 1515,<sup>18</sup> o reino de Narsinga tinha como cidade principal Bisnaga, uma “cidade de cimcoemta mill vizinhos”.<sup>19</sup> O referido reino era, efectivamente, abastado em ouro, pedrarias, pérolas, roupas, entre outras mercadorias, que faziam daquela área uma zona deveras atractiva para a prática do comércio. A gente de Camões não foi alheia a essa abundância económica, porque se dispôs a ir até ao reino de Narsinga tentar a sua sorte na veniaga.<sup>20</sup>

E é neste ponto da presença portuguesa no Oriente que, a partir de 1523, a localidade de Meliapor adquire uma importância de destaque para os portugueses: a cidade tinha grande apoio local cristão e situava-se junto do mar e de duas urbes, Negapatão e Paleacate. Nestas encontravam-se estabelecimentos lusos, sendo locais portuários de onde partiam e chegavam os navios que faziam as rotas comerciais da costa do Coromandel. Algumas das mercadorias transaccionadas, nomeadamente, as roupas de algodão – tingidas e cruas – e tecido branco eram muito pretendidos.<sup>21</sup> A sua valorização sobrepunha-se à própria seda, dado que os homens utilizavam para fazer calças e as mulheres uns panos que enrolavam à volta da cintura e a que chamavam “saraça”.<sup>22</sup>

Portanto, as fontes quinhentistas e seiscentistas estão de acordo quanto às riquezas do reino de Narsinga. Duarte Barbosa refere que “era terra rica”, possuindo, em abundância, animais como porcos, veados, leopardos, ursos, camelos entre outros; e muita lavoura de arroz, grão, feijões e outros legumes. Ou seja, os seus bens pecuários e agrícolas faziam daquele reino, uma zona próspera apoiada pelos rios adjacentes. Essa prosperidade fez emergir “grandes cidades, vilas e lugares e fortalezas”.<sup>23</sup> Ainda segundo Duarte Barbosa, “o rei de Narsinga tem mais de cem mil homens de guerra a que continuamente paga soldo, e cinco a seis mil mulheres a que também o paga para andarem em sua corte”.<sup>24</sup> Ou seja, a imagem que dá da corte é

## HISTORIOGRAPHY

consentânea às apreciações realizadas por Tomé Pires e mesmo por Camões nas suas odes.

Idêntica interpretação pode ser feita a partir da *Chronica dos Reis de Bisnaga*, manuscrito publicado em 1897, mas relativo ao século xvi, onde se refere que toda essa vastíssima região teria para cima de seiscentos grandes portos, frequentados por navios de muitos países.<sup>25</sup> Igualmente, Fernão Lopes de Castanheda indica na sua extensa obra, datada de 1551, que Narsinga era o segundo reino da Índia, possuindo muitas riquezas como arroz, carnes, pescados, fruta e caça. Para além destes produtos de primeira necessidade ainda se juntavam as pedras preciosas, como diamantes, e ouro.<sup>26</sup>

Na opinião do autor anónimo da obra *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância delles*,<sup>27</sup> datado de 1582, Meliapor também possuía terras sadias e “muitos portugueses depois de cansados de trabalhos de guerra, fizeram nella assento de vivenda, e a emnobrecerem com magnificas e sumptuosas casas de sua morada, e fermosos jardins e Igrejas, e templos muito lustrosos e bem ornamentados...”.<sup>28</sup> Ora, de acordo com este autor, desconhecido até à presente data, o reino de Narsinga teria uma dimensão considerável, com uma costa de mais de duzentas léguas a partir do cabo de Camorim para Oriente – costa do Coromandel – cujos portos principais seriam Negapatão, S. Tomé, Pontepoli e Masulipatão. E, ainda segundo o mesmo autor, o vice-rei da Coroa Portuguesa ordenava todos os anos que fossem barcos aos ditos portos arrecadar o tipo de mercadoria, ali em oferta, para a levarem para Malaca, Pegu, Martavão e Tenassarim, onde a trocavam por drogas.

Com o desenrolar do tempo as ditas viagens deixaram de ser realizadas através da Coroa para passarem a ser vendidas ou doadas a pessoas particulares. De S. Tomé, concretamente, partiam as viagens para Malaca e para o Pegu. Relativamente às primeiras, as mesmas importavam em cerca de seis mil cruzados, havendo viagens sem proveito. Assim, muitas vezes realizavam-se duas no ano, para efeitos de compensação, quando a primeira falhasse o desiderato.

Este comércio era tão importante para a Coroa que o monarca português, Filipe II (n. 1578- f. 1621), em carta datada de 27 de Fevereiro de 1612, afirma não querer que as embarcações com destino a Malaca

parassem na localidade de Perá, porque, se o fizessem, vendiam os produtos que levavam sem serem taxados na alfândega de Malaca e, assim, essa comunidade prescindia de comprar roupas e outras mercadorias no mercado oficial português, em virtude do seu abastecimento precoce.<sup>29</sup>

Os navios para o Pegu<sup>30</sup> transportavam roupas brancas finas, pintadas de diversas cores, fardos de fio em meadas para serem tecidos naquela localidade para gente mais humilde. A viagem entre Meliapor e o Pegu durava cerca de quinze a vinte dias e importava em, sensivelmente, 140 a 150 mil pardaus, dos quais o capitão recebia seis por cento do frete. No retorno traziam lacre, chumbo, ouro, almíscar, beijoim, tafetás, pedrarias e, ainda, arroz. No entanto, as relações entre portugueses e as autoridades, e mesmo os comerciantes, do Pegu não eram das melhores, ganhando-se muito menos do que seria de esperar com tantas mercadorias em transacção.<sup>31</sup>

A ansiedade vivida durante a década, absolutamente perceptível nas fontes coevas, nomeadamente nas cartas trocadas entre o rei de Portugal e o vice-rei da Índia, tinha a ver com o facto das riquezas do Coromandel serem tão atraentes para os portugueses como para os holandeses. E dessas riquezas destacavam-se as roupas que serviam de importante valor de troca em outras paragens. Numa carta datada de 1615, o rei de Portugal chega a dizer que “os jaos não estimarem nem quererem nenhuma outra moeda senão roupas”.<sup>32</sup> As roupas eram determinantes para um negócio com lucro.

À importância dos tecidos acrescia a dos mantimentos, mais baratos em relação àqueles que se vendiam em outros lugares, conforme o conteúdo da carta escrita pelo monarca ao vice-rei da Índia, Rui Lourenço de Távora, em 1611.<sup>33</sup> A informação, sobre a acessibilidade económica dos produtos de primeira necessidade, provinha do bispo Fr. Sebastião, da Companhia de Santo Agostinho, que informou o monarca que algo que custasse na Índia (não especificando lugares) dez mil pardaus ali custaria apenas quatro mil, referindo que as mesmas mercadorias ainda ofereciam qualidade superior.<sup>34</sup>

Portanto, o estabelecimento português em Meliapor até seria apetecível, nomeadamente para os mais aventureiros e que desejavam livrar-se do controlo, nem sempre bem-vindo, da Coroa lusa. Os mercados eram ricos e o comércio podia fazer-se com certa margem de segurança e muito lucro. Mas, apesar

HISTORIOGRAFIA



## HISTORIOGRAPHY



de toda a realidade de abundância descrita nas obras em análise, elas também chamam a atenção de algo prejudicial para o desenvolvimento de um estabelecimento de sucesso: Meliapor era uma localidade sem grandes condições para a prática de um comércio de sucesso, visto faltar o essencial para um porto de mar, a profundidade das águas. Ou seja, tinha mercadorias, comerciantes, gente para navegar, barcos, mas falhavam as condições técnicas para o trato fluido que se desejava. Esta limitação do porto era conhecida desde tempos bastantes recuados em relação à presença portuguesa, citando-se, outra vez, a obra de Marco Polo, onde diz textualmente “que era uma pequena cidade, onde poucos mercadores vão, porque não está em lugar pertencente a mercadoria...”. O que Polo queria dizer era que as mercadorias iam para outros portos que possibilitavam a entrada e saída de navios com maiores dimensões. Apesar desta limitação também não se pode afirmar que não recebia barcos, oriundos de Bengala ou mesmo de Orissa, como refere Sanjay Subrahmanyam.<sup>35</sup> E já se viu que existiam pelo menos duas rotas que partiam daquela cidade, com destinos diferentes.

Para lá da restrição natural existente houve uma justificada pretensão de soldados, de aventureiros e de viajantes em quererem estabelecer-se, de forma mais duradoura, em Meliapor, atendendo à riqueza da zona em geral. No entanto, tal fixação humana foi contrariada pelo vice-reinado de Goa. A Coroa tinha consciência que não tinha possibilidade de controlar os nichos lusos que iam nascendo em zonas de trato rentável. Este aspecto associado ao facto de Meliapor estar localizada junto de Paleacate e Negapatão, cidades portuárias com boas condições para a navegação e consequente actividade mercantil, fazia com que se não justificasse aquele recanto luso.<sup>36</sup> No ano de 1540, o vice-rei da Índia, D. Garcia de Noronha (1538-1540) mandou o capitão Manuel da Gama, da costa do Coromandel, a Meliapor, com poderes para fazer regressar “à Índia”, isto é, a Goa, todos os portugueses e “desfazer a povoação da costa, e casa do Santo Apóstolo”, nas palavras de Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia*.<sup>37</sup> Contudo, a ordem não foi cumprida, provavelmente porque o referido

Fig. 3. Fortaleza de Coullão, in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: IN-CM, 1992.

## HISTORIOGRAFIA

vice-rei morreu nesse mesmo ano, dando origem a uma certa permissividade ao longo das décadas que se seguiram, pois a dita povoação contribuía para apoiar os mercadores lusos que se dirigiam a Paleacate ou mesmo a Negapatão. A obstaculização ao estabelecimento de Meliapor não foi apenas portuguesa, porque em 1558, o rei de Narsinga, Rama Rayo, ordenou uma expedição contra S. Tomé porque os cristãos estavam a construir muitos dos seus templos, destruindo os pagodes das religiões tradicionais na zona.<sup>38</sup> Expedição essa que a ter tido lugar não foi eficiente nos seus propósitos, como se comprova pela continuação da cidade e da sua característica cristã por muitos anos. Esta informação também está referida por Diogo de Couto na sua *Década Sétima da Ásia*.<sup>39</sup>

A situação não deixa de ser comparável com o estabelecimento de Macau. Um outro nicho luso, difícil de controlar pelo “Estado da Índia”, devido ao tipo de agentes que por lá se estabelecera e pela distância a que se encontrava de Goa. No entanto, Macau possuía algo que resultava numa mais-valia para a Coroa portuguesa: o facto de se encontrar num local estratégico da rota Goa-Malaca-Japão, sem falar das potencialidades económicas das feiras bianuais de Cantão, ricas em produtos comerciáveis em vários locais do Sudeste Asiático e mesmo na Índia. Portanto, ao contrário da realidade de Macau, Meliapor não possuía nenhuma mais-valia significativa, exceptuando ser um centro de peregrinação e zona de mercadorias.

A cidade mereceu então o interesse dos portugueses em dois momentos distintos: de 1523 a 1662 e de 1687 a 1749. Ao primeiro período correspondeu uma época de crescimento populacional português, ainda que a importância da urbe ficasse aquém das duas cidades vizinhas já anteriormente citadas, Negapatão e Paleacate. A intensa actividade comercial desta última e o grupo de portugueses que ali se havia instalado em 1518, participante num trato próspero, condicionou muito o desenvolvimento de S. Tomé. Basta dizer que, em 1645, Paleacate teria cerca de 600 a 700 “casados”.

A população de S. Tomé seria, em 1635, de 120 portugueses e filhos, 200 negros casados e cristãos e por “moços de portugueses”, cujo número António Bocarro não indica, informando que, no total, sempre haveria

umas 500 espingardas, empunhadas por bons atiradores. Ou seja, existia ali uma comunidade lusa casada e apoiada por gente autóctone, com boas referências às suas qualidades militares. Essa população local andava nua da cintura para cima e dos joelhos para baixo, de acordo com a *Chronica dos Reis de Bisnaga*.<sup>40</sup> O facto também foi testemunhado pelo holandês Linschoten, como se pode observar na Fig. 4, ainda que a mesma seja concernente a Goa. Na mesma, surge em primeiro plano uma mulher local, ataviada da maneira descrita, bem como outros elementos do sexo masculino, todos executando diversos trabalhos.

Não deixa de ser interessante a informação contida na *Chronica dos Reis de Bisnaga* de que era praticada a poliandria, acto que deveria ter chocado os homens lusos de Quinhentos e Seiscentos que aportavam àquelas terras.<sup>41</sup> À volta da cidade existiriam cerca de seis mil cristãos, entre pescadores, marinheiros e gente que amparava a cidade nas suas necessidades. Estes “casados” tinham hortas ao longo dos muros, com casas de pedra e cal, cercadas de árvores de fruta. O clima e



Fig. 4. “Representação fiel da feira de Goa, com as suas lojas, mercadorias e comerciantes quotidianos”. In Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*.

## HISTORIOGRAPHY

as terras da região propiciavam uma agricultura fértil e abundante, sendo a mesma muito barata, como já atrás foi referido.<sup>42</sup> É bem possível que os hábitos e costumes das gentes portuguesas fossem semelhantes a Goa, ainda que as fontes sejam parcas a esse respeito. A título de exemplo, mostra-se um imagem (Fig. 5), tirada da obra de Linschoten, do transporte de uma portuguesa, numa cadeirinha, por serviços ou escravos.

Contudo, a localidade não dava rendimento à Coroa portuguesa, pois o estreito que a separa de Ceilão – rico em pescaria de aljófar e pérolas – era muito percorrido por barcos mercantis de gente com maior poder agressivo.<sup>43</sup> Esta competitividade dos outros mercadores e a falta de condições técnicas do seu porto, já referidas, faziam com que Meliapor ficasse em lugar muito discreto no jogo das trocas que por aquelas latitudes se desenrolava.

Apesar da abundância de Narsinga, isto não significa que não houvesse situações pontuais de grande desespero. No ano de 1540 houve uma grande fome na costa do Coromandel, provocando o perecimento de muita gente.

Tal deve ter sido insólito, pois Gaspar Correia refere que se lembra de no porto de Negapatão se carregarem para “cima de setecentas velas com arroz e galinhas” a preços muito baratos, ao contrário do que havia acontecido no ano da fome. Os portugueses de S. Tomé de Meliapor, como bons samaritanos, acudiram às gentes da terra, vendendo géneros a preços muito convidativos e mesmo oferecendo água com arroz cozido aos mais necessitados. O mesmo Gaspar Correia ainda salienta que os falecimentos eram tantos e tão frequentes que não permitiam os funerais tradicionais. Como solução, colocavam-se os cadáveres em valas comuns. A dita fome durou cerca de um ano, tendo a acção dos portugueses sido reconhecida pelo rei de Narsinga como benemérita.<sup>44</sup>

Com o crescimento da comunidade lusa, do seu empenhamento num trato que, sem ser o desejável, era o possível, surgiu o reconhecimento do vice-reinado de Goa. Desta forma, autorizou a criação de uma câmara municipal em 1607, dando origem à nomeação de um capitão-geral, bem como a elevação da cidade a sede



## HISTORIOGRAFIA

de bispado, em 1606. Um capitão que, nas palavras de Correia, “tem de ordenado dous mil xerafins, que se lhe paguão em Guoa”,<sup>45</sup> governante de uma cidade sem rendimento para a Coroa portuguesa, porque qualquer lucro pertencia ao senhor da terra. Seguindo António Bocarro, a preocupação de se destacar um militar, representante do “Estado da Índia”, tinha a ver com o facto de a cidade se encontrar a sete léguas de Paleacate, fortaleza vivamente assediada pelos holandeses. Se caísse nas mãos dos concorrentes e inimigos de Portugal, nenhum outro estabelecimento português poderia apoiar os interesses dos lusos na zona. O nosso cronista é claro quando refere que o rei de Narsinga era particularmente afeiçoado aos portugueses, porque os direitos pagos pelos mesmos eram efectuados atempada e correctamente, ao contrário do que acontecia com os holandeses.

O capitão-geral, à semelhança do que acontecia com a sua congénere Macau, era o chefe militar da cidade e o representante do poder central. Segundo o *Livro das Cidades, e Fortalezas...*, esta capitania era provida de homens nobres e fidalgos com muitos anos de serviço. Em 1582, data provável da redacção do documento anónimo, tinha o cargo sido provido por Diogo Borges do Valle, “homem muito antigo na Índia”, com muitos anos de serviço. O seu vencimento em dez anos seria entre cinco a seis mil cruzados,<sup>46</sup> competindo-lhe defender a fortaleza e os seus habitantes. Os cargos de escrivão judicial e o das finanças não tinham ordenado e podiam ser providos por um soldado.

Não existem muitas referências nas fontes consultadas sobre as relações entre as pessoas da comunidade lusa. Contudo, algumas há que indiciam que nem sempre as referidas relações se pautaram por um clima de cooperação e cordialidade. Em carta de 19 de Março de 1612, o rei solicitava ao vice-rei da Índia que verificasse a situação de um português residente em Meliapor, António de Sousa Pereira, acusado da prática de descatos continuados contra os seus vizinhos, tais como lançar animais mortos para os poços de água, entre outras acções nefastas para a comunidade. Era nessa época capitão-geral, Manuel de Frias.<sup>47</sup> O caso não teve continuação nas fontes coevas, ignorando-se mais pormenores do assunto.

Para além do caso indicado, existem outras referências de conflitos, bem mais significativas, que dizem respeito aos próprios capitães-gerais. Em 1618, era detentor do referido cargo Rui Dias de Sampaio, de quem havia mesmo muitas queixas por parte da

população. Assim, o vice-rei, D. João Coutinho, conde do Redondo, decidiu dar a dita capitania pela segunda vez a Manuel de Frias. O assunto voltou a ser abordado pelo monarca, exigindo este que o capitão-geral, alvo da controvérsia, fosse condenado ao degredo, dado que “não queria homens daqueles ao seu serviço”.<sup>48</sup> É de salientar que o referido cargo, apesar de a sua ocupação depender apenas da decisão do vice-rei, estava sob a tutela do bispado,<sup>49</sup> de acordo com a carta emanada do soberano de Portugal para o vice-rei, datada de 16 de Janeiro de 1618. Tal interpreta-se como os representantes da Igreja serem da confiança do rei, mas igualmente por S. Tomé de Meliapor ter a tal característica de religiosidade, conferida pela igreja e título do santo apóstolo, junto de uma larga comunidade cristã.

Ora, nessa época, o monarca estava muito preocupado com o caso de Paleacate e até com a costa do Coromandel, cada vez mais assediada pelos holandeses. Desta forma, escreveu uma carta para o vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, dizendo que era necessária a protecção daquela costa e a expulsão dos holandeses de Paleacate, assim como fortificar a cidade de Meliapor.<sup>50</sup> O assunto voltou a ser reforçado a 21 de Março de 1617, num extensíssimo documento, onde o rei de Portugal dá várias ordens ao vice-rei, indicando, claramente, que se construísse a fortaleza de Meliapor e que se encarregasse o bispo da cidade da supervisão da mesma. Na realidade, esta preocupação em proteger a cidade não foi súbita. A ordem de fortificação já havia sido dada em 1613, sendo mesmo concedida, para o efeito, uma viagem ao Coromandel,<sup>51</sup> que passou a alvará régio a 30 de Janeiro de 1614.<sup>52</sup> A reforçar este propósito, a 6 de Fevereiro de 1615, a Câmara ainda pediu uma viagem à China para, com o seu rendimento, proceder à fortificação de S. Tomé.<sup>53</sup> Contudo, a partir de 1615, o assunto passou a ter uma outra pertinência, porque, numa acção pouco documentada, a feitoria/fortaleza holandesa tinha sido destruída pelos portugueses em 1613. Tal provocou uma reacção de júbilo por parte do monarca, como se comprova numa carta enviada para Goa, onde, para além das felicitações pela acção, agradece ao bispo Fr. Sebastião, ao capitão e aos moradores de Meliapor.<sup>54</sup> Os portugueses tiveram a noção de que iria haver retaliações por parte dos holandeses, dada a importância económica que a costa do Coromandel tinha para eles. E, de facto, a alegria da vitória foi de pouca duração, porque, logo em 1615, chegariam

## HISTORIOGRAPHY



Fig. 5. “Modo de transportar as mulheres e donzelas portuguesas quando chove, e também em outras ocasiões, com os seus escravos e servos à frente, atrás e de lado.”  
In Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*.

duas naus holandesas com grandes ofertas para o rei de Narsinga, obtendo a permissão para construir uma fortaleza.<sup>55</sup> O bispo de Meliapor, Fr. Sebastião – que na documentação coeva aparece como um elemento da extrema confiança do rei de Portugal – aconselhou o monarca a destruir a fortaleza holandesa, ainda em reconstrução, para além de despertar o interesse definitivo para uma estrutura militar que protegesse Meliapor e os seus portugueses.

Em consequência disso, Filipe II vai aprovar a existência de um presídio na cidade, como apoio às estratégias dissuasoras do comércio holandês na zona. E vai mais longe, ao ordenar que os portugueses que andassem entre os gentis e mouros fossem perdoados,<sup>56</sup> porque todos eles eram necessários para a defesa dos interesses nacionais contra os concorrentes e inimigos.

O documento é interessante, porque o rei reconhece, numa longa explanação, que não havia um sistema organizado para acolher convenientemente os soldados que chegavam a Goa. Muitos encontravam-se doentes em consequência da longa viagem e acabavam por andar a pedir esmola, doentes e com fome, às portas dos hospitais e mosteiros. Era necessário que fossem amparados, pois, de contrário, ou morriam ou abandonavam as fileiras portuguesas para servirem os potentados locais, rentáveis para esses agentes.

Contudo, o assunto sobre a defesa dos interesses lusos na região do Coromandel não se esgotou em 1615, pois, no ano seguinte, o monarca ordenou a D. Jerónimo de Azevedo que se mandasse um fidalgo de respeito a Meliapor, acompanhado com “gente de guerra”. Para o efeito indica o nome de D. Bernardo de Noronha

## HISTORIOGRAFIA

ou, na impossibilidade deste lá ir, Estevão Teixeira de Macedo, homem da sua confiança.<sup>57</sup> E, em 1617, o monarca escreve para o vice-rei de Goa a recomendar que o ex-bispo da cidade, Fr. Sebastião, fosse ouvido sobre a possibilidade de correr definitivamente com os holandeses de Paleacate e da costa do Coromandel,<sup>58</sup> evidenciando, mais uma vez, a confiança que depositava naquele prelado.

A 16 de Janeiro de 1618 o assunto voltou novamente à ordem do dia, salientando o monarca que haviam sido destinadas duas viagens para a fortificação, sendo que o dinheiro resultante de uma delas, dez mil xerafins, o bispo Fr. Sebastião de São Pedro havia deixado a cargo dos jesuítas: o monarca queria saber onde se encontrava a dita soma e como se encontravam as obras. A resposta do vice-rei é elucidativa: estavam já de pé a fortificação maior e alguns dos seus baluartes.

Anos mais tarde, em 1633, o vice-rei de Goa, D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, assumiu um contrato com o rei de Narsinga para expulsar os holandeses de Paleacate. O plano era atacarem a fortaleza numa acção conjunta. Da parte portuguesa entrariam 12 navios, sob o comando de D. António de Mascarenhas, e da parte do rei local, a força atacante que julgasse necessária. A acção militar, que se adivinhava promissora, não correu da melhor forma pelo facto daquele monarca ter faltado à promessa de enviar as forças.<sup>59</sup> O cronista Diogo de Couto, que também aborda o caso, complementa o assunto, referindo que as forças portuguesas aliciaram o rei de Narsinga com a existência da muita riqueza em ouro apenas na povoação. No entanto, esta informação parece ser descabida, pois o monarca em questão devia ter uma noção muito próxima do real sobre as riquezas existentes em Meliapor.<sup>60</sup>

Assim, surge a necessária estrutura militar que, em S. Tomé, e de acordo com a gravura da fortaleza contida na obra de António Bocarro, teria uma certa solidez. Observando a imagem (Fig. 6), verifica-se um número significativo de baluartes defensivos, com apoio de artilharia. A complexidade do aparelho militar deve ter a ver com a dimensão da própria cidade, obrigando a que de tantos em tantos metros houvesse apoio técnico-militar em caso de ataque. A muralha tinha três baluartes voltados para o mar: o do norte, S. Domingos, ao centro uma “couraça coberta, com artilharia” e, a sul, nessa mesma frente, o baluarte de S. Paulo. Pela

zona norte, e a seguir ao baluarte de S. Domingos, encontra-se uma das portas da cidade. Logo mais à frente encontra-se o baluarte de António da Costa e o de Santo Agostinho para finalizar com o de Ferreiros, voltado para Noroeste. Depois da porta de S. Francisco aparece um dos maiores baluartes, o de Francisco d’Almeida, seguido do de João Rodrigues de Souza e, finalmente, o de Madre de Deus. Continuando na análise das informações fornecidas por este cronista, a artilharia que se concentrava nas muralhas da fortaleza era, no seu tempo, de 30 peças de ferro e uma de bronze, seguidas de outras peças mais pequenas. Mesmo entre os portugueses e os moços dos mesmos (filhos ou empregados) era fácil contar com cerca de 500 espingardas que os mesmos manuseavam com competência.<sup>61</sup> Tudo isto para proteger a vida dos que moravam intramuros, ou seja, dos portugueses e das suas famílias. A necessidade não se prendia com possíveis inimigos entre os locais, mas sim com ameaça constante dos holandeses que, na vizinha Paleacate, marcavam uma presença ameaçadora, como vimos.

Assim, o nicho luso foi atraindo as atenções não apenas das autoridades portuguesas, mas igualmente dos missionários. Em 1580, a nossa cidade já tinha quatro igrejas – a de S. Tomé, a de S. Francisco, a de S. João Baptista e da Santa Casa da Misericórdia. Fora do burgo estavam as igrejas de Madre de Deus, de S. Lázaro, de N.ª Sr.ª da Luz e da N.ª Sr.ª do Monte. A construção dos edificios eclesiásticos concorreu para atrair mais gente portuguesa, cujo número ascendia, em 1600, a 600 “casados”, com toda a certeza, muitos deles, já luso-descendentes. Dentro da cidade estavam a Ordem de S. Domingos, a de Santo Agostinho e a Companhia de Jesus, todas com igreja e convento. Esta última havia-se estabelecido, em 1548/49, contribuindo para uma maior dinâmica cidadina. Fora dos muros da cidade estavam presentes a Ordem de S. Francisco e a de S. Lázaro. Sem lucros provenientes do trato, todas estas instituições se sustentariam da caridade pública. A referida imagem de S. Tomé de Meliapor ainda mostra o número elevado de igrejas e conventos, estes representados por uma casa, encimada com uma cruz, e com um espaço verde anexo, circundado por muros.

A cidade localizava-se junto do mar, que Bocarro indica que estaria distante apenas meia légua na sua época inicial. Todavia, o mesmo burgo, na primeira metade do século xvii, período em que o cronista

## HISTORIOGRAPHY

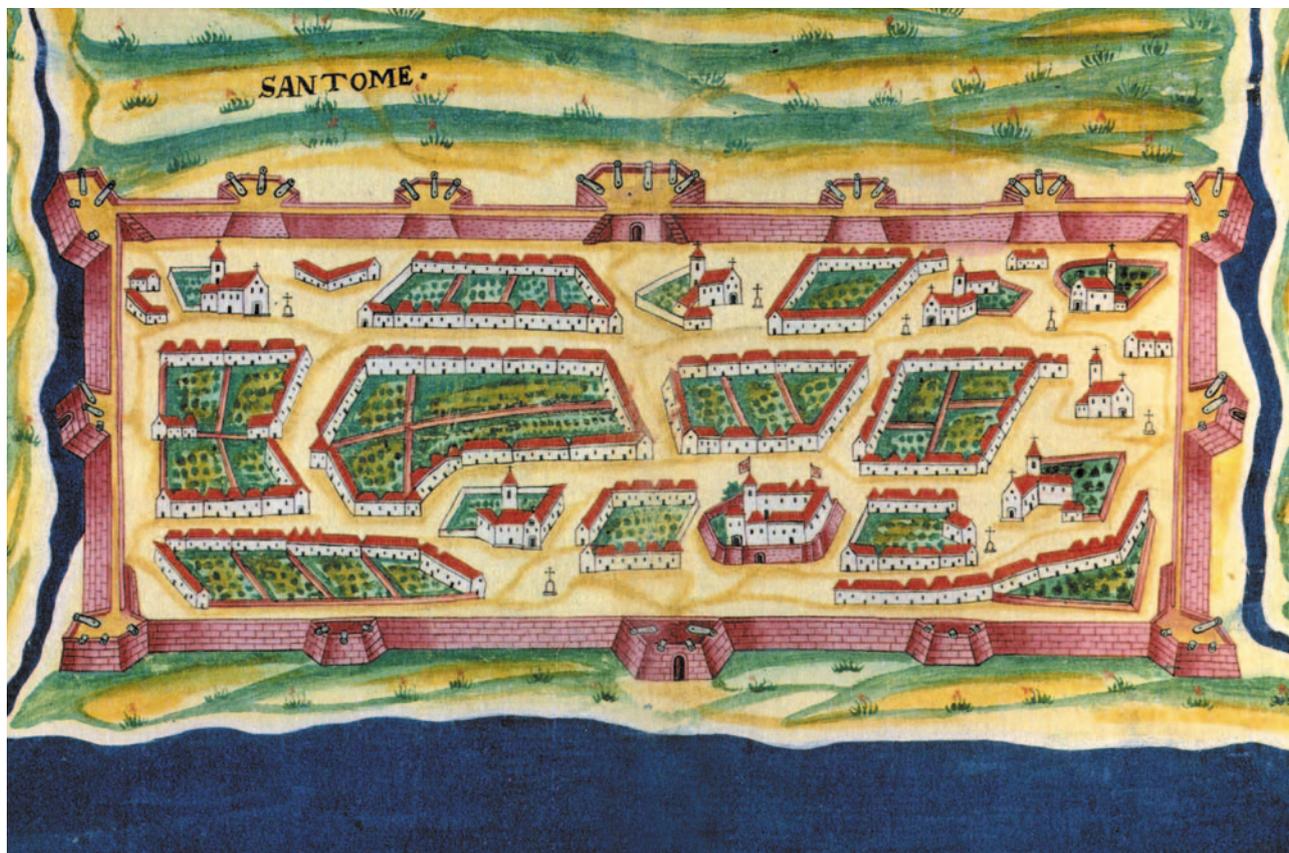


Fig. 6. Fortaleza de S. Tomé de Meliapor, in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: IN-CM, 1992.

escreveu as suas observações, “já o mar estaria a cem paços da sua igreja”.<sup>62</sup> A erosão natural fazia-se sentir de forma significativa, estando o mar a avançar sobre a costa. O fenómeno era preocupante, pois igual constatação aparece referida por Duarte Barbosa nos seus escritos.

Sobre a Santa Casa de Misericórdia, o rei de Portugal enviou uma carta para o vice-rei, D. João Coutinho, a 15 de Março de 1617, pedindo explicações sobre as grandes desordens havidas na mesa da Santa Casa da cidade de Meliapor, e “da má opinião que se tinha dos que n’ella serviam, acerca dos depósitos do dinheiro dos defuntos”. Para um melhor e mais rápido esclarecimento, havia dito ao bispo de Goa, Fr. Sebastião, que visitasse aquela irmandade para auscultar os factos passados. O monarca desejava ser informado, pelo vice-rei das diligências efectuadas, trabalho a que o seu representante em Goa respondeu não ter tido oportunidade de se encontrar com o dito clérigo. Esta troca de cartas mostra que, para além do lugar ser

considerado sagrado para os cristãos, a casa de ajuda e apoio fraterno, apresentada como digna de confiança para com quem dela dependia, nem sempre as contas e atitudes tinham a lisura que se esperava, mesmo entre gente fidalga.<sup>63</sup>

Segundo a obra anónima já referida, *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa...*, a cidade tinha muitos cristãos e arménios, que ali se estabeleciam depois da peregrinação ao túmulo do apóstolo. O dia de S. Tomé, e da sua festa, atraía muita gente daquela costa, do cabo Camorim, serras de Cochim e Cranganor, para participar nos festejos. E, mais uma vez, o autor do documento refere que o rei de Portugal não tinha rendimentos, devido aos impostos que as gentes lusas pagavam ao rei de Narsinga.<sup>64</sup> Tal fez com que, em 1610, o monarca avisasse o vice-rei da Índia, Rui Lourenço de Távora, para se pensar em adquirir as terras circundantes de S. Tomé, aproveitando a ocasião do rei de Narsinga estar encanecido e fragilizado em termos de saúde. O monarca contava com uma certa desorientação por

## HISTORIOGRAFIA

parte das autoridades do reino quando o soberano falecesse, o que poderia ser habilmente aproveitado pela gente lusa, em seu favor.<sup>65</sup>

A religiosidade que se vivia naquela zona, a possível importância económica e, até estratégica, de Meliapor fez com que a cidade assumisse um papel de maior destaque no âmbito da Igreja. Bocarro informa-nos que a diocese de S. Tomé de Meliapor foi fundada, a 6 de Janeiro de 1606, pelo Papa Paulo V e outorgada pelo monarca de Portugal a 17 de Janeiro de 1607, recomendando o monarca ao vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, que protegesse o novo bispo, Fr. Sebastião de São Pedro, da Ordem de Santo Agostinho.<sup>66</sup> Logo de início, foi fundida com a arquidiocese de Madras, formando a arquidiocese de Madras e Meliapor, sufragânea da arquidiocese de Goa e Damão. Se tomarmos em consideração apenas a época seiscentista, constata-se que os bispos foram: Fr. Sebastião de São Pedro, O. S. A. (1606-1615), Fr. Luís de Brito e Meneses, O. S. A. (1615-1628), Fr. Luís Paulo de Estrela, O. S. F. (1634-1637) e Pe. Gaspar Afonso Álvares, S. J. (1693-1708). De 1637 a 1693 a sede episcopal não esteve provida.<sup>67</sup>

É de salientar a correspondência trocada entre o bispo Sebastião de São Pedro com o monarca, Filipe II, aquele aparece como sendo um elemento da extrema confiança do rei de Portugal. Tal verifica-se, como já se viu, nas cartas reais enviadas para o vice-rei relativas a Meliapor, onde se fazem constantes referências a esse clérigo. A confiança parece ter sido não para com o bispado em geral, mas para com aquele dignitário em particular, porque já o bispo seguinte, Fr. Luís de Brito e Meneses, teve várias queixas contra si, pelo facto de ter exigido o pagamento do dízimo à população de Meliapor. O documento onde tal se refere chega mesmo a dizer que o Luís de Brito e Meneses fazia “vexações ao povo”.<sup>68</sup>

Quanto aos vencimentos destes bispos, os mesmos nem sempre foram auferidos pontualmente e na quantia certa, pois logo o primeiro, Fr. Sebastião de São Pedro, se queixou amargamente ao monarca que os ditos vencimentos já não lhe eram pagos havia muitos anos. A carta do rei para o vice-rei, datada de 20 de Março de 1617, foi peremptória na exigência do pagamento dos ditos salários, ao que o vice-rei respondeu ser a dívida em causa de dois mil e oitenta e três xerafins, consignados nas rendas da seda e casa da moeda de Goa, quantia muito inferior ao esperado.<sup>69</sup>

Contudo, a 20 de Fevereiro de 1618 ainda o problema não tinha tido resolução, de acordo com uma carta do monarca, exigindo que tal fosse levado a cabo.<sup>70</sup>

Na época da obra de António Bocarro, o vencimento do bispo assemelhava-se ao do capitão-geral – dois mil xerafins–, que também eram pagos por Goa. Mesmo os clérigos não estavam abrangidos por pagamento especiais, mas a terra era barata, o que os ajudava a sustentar-se. Aliás, tanto as ordens missionárias presentes na localidade como a Igreja regular estavam muito dependentes de esmolas e apoios externos.<sup>71</sup>

Meliapor possuía quatro freguesias de acordo com um documento de 14 de Setembro de 1612, onde o monarca refere que foi dado a cada uma delas a quantia de quinze mil reis anuais, satisfazendo o pedido do bispo daquela diocese. Argumentava o bispo que a população das mesmas era pobre e sem com que se sustentar.<sup>72</sup>

O período de 1637 e 1693 corresponde já a um período de decadência para os portugueses da nossa cidade, justificando-se o decréscimo por a mesma nunca ter alcançado os níveis de comércio desejáveis dentro da rede do império marítimo português. Interessante verificar que, mesmo apesar de a cidade ser um centro religioso cristão de alguma envergadura, a situação era já muito periclitante para uma religião que, para todos os efeitos, era minoritária. Tal percebe-se pelo facto do bispado não ter sido provido durante vários anos. É bem possível que mesmo a parte religiosa tenha sofrido grande revés com tal falta de dinamização económica.

Juntamente com a dita falta de dinamização económica concorreram outros factores prejudiciais ao estabelecimento luso. Em 1662, a cidade foi conquistada pelo sultão de Golconda, uma região do interior, localizada nos dias de hoje no estado de Andhra Pradesh. Essa região era muito conhecida pela existência de diamantes, pretendidos para transacções comerciais, que também envolviam portugueses. Com efeito, as ditas pedras preciosas aparecem referidas muitas vezes nas obras de Quinhentos e Seiscentos. A título de exemplo, salienta-se a obra *Les six voyages de Jean Baptiste Tavernier*, publicada em Paris em 1692, que apresenta uma descrição interessante das minas de diamantes de Golconda.<sup>73</sup>

O referido sultão conquistou, então, a cidade, numa época difícil para os portugueses devido à forte ofensiva holandesa contra as suas possessões, tendo

## HISTORIOGRAPHY

corrido o boato, sempre muito desestabilizador, que a Companhia de Comércio Holandesa (VOC, *Verenigde Oostindische Compagnie*) pretendia assenhorear-se de Meliapor. Concomitantemente, em Goa ocorriam graves desentendimentos na corte, havendo a destituição do vice-rei, D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos (1652-1653), substituído por D. Brás de Castro (1654-1655), apoiado por um grupo de fidalgos da corte.

A soberania de Golconda sobre S. Tomé prolongou-se até 1672, quando os franceses, sob a orientação do comandante La Haye, conquistaram a cidade.

Dois anos depois, esses agentes europeus renderam-se aos holandeses, que devolveram a cidade, em 1674, ao então sultão de Golconda.

A partir de 1687, uma incipiente mas teimosa administração portuguesa tentou a continuação do estabelecimento luso, praticamente desaparecido. O desejo de reerguer a antiga urbe lusa deve ter sido veiculada pelos portugueses nos portos onde faziam a sua presença assídua, pois numa carta enviada ao vice-rei da Índia, ainda no ano de 1683, um distinto morador de Macau, Bento Pereira de Faria, solicitava autorização para se deslocar a título definitivo, juntamente com a família, para a cidade portuária de S. Tomé de Meliapor.

Este homem foi de suma importância para a sobrevivência de Macau numa época conturbadíssima da sua história, período entre 1662 e 1680, época da proibição imperial de negociar, devido às ameaças levadas a efeito pelo pirata Coxinga. Bento Pereira de Faria contava no percurso das suas actividades o cargo de juiz



Fig. 7. Túmulo de S. Tomé de Meliapor numa gravura do século XVIII.

ordinário, vereador do Leal Senado, secretário da embaixada de Manuel de Saldanha a Pequim (1668-1670) e embaixador indigitado pela população de Macau à capital do Império do Meio, em 1678. As razões do seu pedido de transferência não se encontram expostas na carta, mas a mesma denota que o seu autor tinha poucas certezas quanto ao futuro da cidade de Macau. A resposta do vice-rei foi dada no ano seguinte, recusando liminarmente a saída de Bento Pereira de Faria de Macau. Dizia essa autoridade que o ex-embaixador fazia muita falta à cidade e à sua conservação.

É interessante verificar que o restabelecimento de S. Tomé entusiasmou gente lusa, apesar de ser um local muito fragilizado por conquistas e anos de domínio estrangeiro, atraindo a simpatia de agentes, estabelecidos a muitas léguas das costas indianas. Não sabemos se Faria cumpriu a ordem do vice-rei e permaneceu em Macau, pois as fontes coevas são omissas a tal respeito. Sabemos apenas que, anos mais tarde, um filho seu era membro do Leal Senado, exercendo o cargo de almotacé.

É provável que, à semelhança de Faria, outros tenham solicitado o abandono de Macau para partirem para outras localidades. Não nos podemos esquecer que o homem referido era uma das figuras mais emblemáticas da cidade no Sul da China, devido não apenas à sua carreira em prol de Cidade do Santo Nome de Deus, mas também porque protagonizou uma violenta disputa entre o Leal Senado – representante da comunidade mercantil por excelência – e a Companhia de Jesus, com forte influência religiosa na cidade e mesmo no Padroado

## HISTORIOGRAFIA

Português. A propósito do falhanço dos objectivos da embaixada de Saldanha referida, Bento Pereira de Faria acusou severamente os jesuítas residentes na corte de Pequim – Gabriel de Magalhães, Luís Buglio e Tomás Pereira – de terem sido os grandes responsáveis por aquele falhanço, ao recusarem a entrega de um relatório da situação de Macau ao imperador Kangxi (1654-1722).<sup>74</sup> Diziam esses clérigos, em sua defesa, que a embaixada havia entrado na China oficialmente com o objectivo de cumprimentar o jovem imperador pela sua subida ao trono e, assumir outro propósito dentro da corte imperial, iria pôr em causa o seu trabalho

evangélico. A disputa foi violenta, com conhecimento do vice-rei, Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque, conde do Lavradio, tendo os jesuítas chegado a propor a anatematização de Faria. Nos anos que se seguiram, o homem do Senado acabou por fazer as pazes com a Companhia de Jesus, ficando a história esquecida.

O certo é que esta segunda tentativa de reerguer a cidade das costas indianas não teve grande êxito, pois, em 1697, o estabelecimento luso caiu num marasmo, vindo a perecer às mãos dos ingleses em 1749, encerrando-se, assim, o capítulo português da história daquela cidade portuária. **RC**

## NOTAS

- 1 Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, p. 151 e 152.
- 2 Jan Huygen Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, p. 105.
- 3 António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*.
- 4 Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, p. 247.
- 5 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, p. 253.
- 6 Cidade portuária, a norte de Madras ou Chennai, também conhecida por Pulicat.
- 7 Designação de um grande reino indiano que ocupava a parte meridional da Índia.
- 8 Os portugueses tiveram nesta cidade, um estabelecimento, sensivelmente entre 1505 e 1661.
- 9 Lenda que o historiador Luís Filipe Thomaz acredita ser um mito hindu cristianizado (Luís Filipe Thomaz, *A Carta que Mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China. Um Relato Siriaco da Chegada dos Portugueses ao Malabar e o Seu Primeiro Encontro com a Hierarquia Cristã Local*, p. 156).
- 10 Jan Huygen Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação...*, p. 106.
- 11 *Ibidem*, p. 107.
- 12 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro II, p. 788.
- 13 Diogo do Couto, *Década Sétima da Ásia*, Livro 10, p. 232.
- 14 Luís Filipe Thomaz, *A Carta que Mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China...*, pp. 119-181.
- 15 Marco Polo, *O Livro de Marco Polo*, pp. 260 e *passim*.
- 16 Fernando II de Aragão foi rei de Aragão, Castela, Sicília, Nápoles e Navarra e conde de Barcelona. Ele e Isabel receberam do Papa o direito de serem chamados *Reis Católicos*. Isabel I era filha de João II de Castela e de Isabel, infanta de Portugal, neta materna de Isabel de Bragança e de João, duque da Beja (1400-1442).
- 17 O mesmo que ‘contrária ao’.
- 18 Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Códice 299.
- 19 *Ibidem*, fl. 72 v.
- 20 João Marinho Santos, “As economias do Índico aquando da chegada dos portugueses.”
- 21 António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas...*, p. 249.
- 22 Jan Huygen Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação...*, p. 107.
- 23 *Ibidem*, p. 87.
- 24 *Ibidem*, p. 91.
- 25 *Chronica dos Reis de Bisnaga. Manuscrito Inédito do Século XVI*, p. 36.
- 26 Fernão Lopes de Castanheda *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro II, p. 244.
- 27 *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância delles*, p. 116.
- 28 *Ibidem*, p. 81.
- 29 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 27 de Fevereiro de 1612, in *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, tomo II, p. 178.
- 30 Actual Myanmar.
- 31 *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, pp. 116-118.
- 32 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 6 de Fevereiro de 1615, in *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, t. IX, p. 177.
- 33 Carta do monarca de Portugal para o Vice-rei da Índia, de 9 de Março de 1611, in *ibidem*, t. II, p. 76.
- 34 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 19 de Março de 1612, in *ibidem*, t. II, p. 225.
- 35 Sanjay Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce: Southern Índia, 1500-1650*, p. 50.
- 36 Luís Filipe Thomaz, *A Carta que Mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China...*, p. 155.
- 37 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. IV, cap. XLII, p. 112.
- 38 *Chronica dos Reis de Bisnaga...*, p. 67.
- 39 Diogo do Couto, *Década Sétima da Ásia*, Livro 7, cap. I.
- 40 *Chronica dos Reis de Bisnaga*, p. 36.
- 41 *Ibidem*, p. 36.
- 42 António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas...* p. 249.
- 43 *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, p. 80.
- 44 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. 132.
- 45 *Ibidem*, p. 248.
- 46 *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, p. 82.
- 47 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 19 de Março de 1612, in *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, t. II, p. 226.
- 48 Carta do rei de Portugal para o vice-rei da Índia, de 20 de Janeiro de 1618, in *ibidem*, t. XI, 1.ª série, pp. 265 e 266.

## HISTORIOGRAPHY

- 49 Carta do rei de Portugal para o vice-rei da Índia, de 16 de Janeiro de 1618, in *ibidem*, t. xi, 1.ª série, pp. 253 a 255.
- 50 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 16 de Janeiro de 1615, in *ibidem*, t. ix, p. 177.
- 51 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 7 de Março de 1613, in *ibidem*, t. ii, p. 225.
- 52 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 30 de Janeiro de 1614, in *ibidem*, t. iii, p. 26.
- 53 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 6 de Fevereiro de 1615, in *ibidem*, t. ix, p. 177.
- 54 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 31 de Janeiro de 1614, in *ibidem*, t. iii, p. 30.
- 55 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 6 de Fevereiro de 1615, in *ibidem*, t. ix, p. 177.
- 56 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 5 de Março de 1615, in *ibidem*, t. ix, p. 301.
- 57 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 27 de Janeiro de 1616, in *ibidem*, t. ix, p. 362.
- 58 Carta do rei de Portugal para o vice-rei da Índia, de 21 de Março de 1617, in *ibidem*, t. xi, 1.ª série, pp. 109 e passim.
- 59 *Chronica dos Reis de Bisnaga...*, p. 85.
- 60 Diogo do Couto, *Década Sétima da Ásia*, Livro 7, p. 114.
- 61 António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas...*, p. 247.
- 62 *Ibidem*, p. 247.
- 63 Carta do rei de Portugal para o vice-rei da Índia, de 15 de Março de 1617, in *ibidem*, t. xi, 1.ª série, pp. 95-96.
- 64 *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, p. 82.
- 65 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 21 de Fevereiro de 1610, in *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, t. vii, p. 359.
- 66 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 17 de Janeiro de 1607, in *ibidem*, t. i, p. 82.
- 67 Dom Manuel de Medeiros Guerreiro (1937-1951) foi o último bispo de São Tomé de Meliapor.
- 68 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 2 de Abril de 1615, in *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, t. ix, p. 346.
- 69 Carta do rei de Portugal para o vice-rei da Índia, de 20 de Março de 1617, in *ibidem*, t. xi, 1.ª série, pp. 100-101.
- 70 Carta do rei de Portugal para o vice-rei da Índia, de 20 de Fevereiro de 1618, in *ibidem*, t. xi, 1.ª série, p. 354.
- 71 António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas...*, p. 248.
- 72 Carta do monarca de Portugal para o vice-rei da Índia, de 14 de Setembro de 1612, in *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, t. ii, p. 267.
- 73 J. B. Tavernier, *Les six voyages de Jean Baptiste Tavernier*. Paris: [s.e.], 1962, p. 328.
- 74 Durante a infância de Kangxi, a regência foi confiada a quatro tutores.

## BIBLIOGRAFIA

## Manuscritos

## Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Código F. 521.

Código 299, fls. 41v-98 v. (Tomé Pires, *Soma horientall que trata do mar Roxo athee os Chims*).

## Impressos

Barbosa, Duarte. *O Livro de Duarte Barbosa*. Introdução e notas de Neves Águas. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.Bocarro, António. *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.Camões, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição de Emanuel Paulo Ramos. Lisboa: E. L. Fluminense, Lda., 1980.Castanheda, Fernão Lopes de. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Porto: Lello & Irmão, 1979.Correia, Gaspar. *Lendas da Índia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 8 vols., 1856-1866.Couto, Diogo do. *Década Sétima da Ásia*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1616.*Chronica dos Reis de Bisnaga*. Manuscrito Inédito do Século XVI. Publicado por David Lopes [ed. lit.] Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.*Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*. Direcção de R. A. Bulhão Pato. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1880-.Linschoten, Jan Huygen van. *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição de Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.*Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância delles*. Edição de Francisco Mendes da Luz. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1952.Polo, Marco. *O Livro de Marco Polo*. Tradução de H. Ferreira Alves, prefácio de Irene Martins. Lisboa: Colares Editora, 2000.Subrahmanyam, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995.—. *The Political Economy of Commerce: Southern Índia, 1500-1650*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.Tavernier, J. Baptiste. *Les six voyages de Jean Baptiste Tavernier*. Paris: [s.n.], 1962, p. 328.Thomaz, Luís Filipe. *A Carta que Mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China. Um Relato Siríaco da Chegada dos Portugueses ao Malabar e o Seu Primeiro Encontro com a Hierarquia Cristã Local*. Coimbra: Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. xxxvi, 1991.